



SAÚDE SE APRENDE NA ESCOLA? Uma experiência na perspectiva intersetorial

Luíza Rutkoski Hoff*
Leslie Tuane Penteado Charqueiro*
Évelin Mayra Savi Pauletti*
Maria Isabel Barros Bellini*

Resumo: O presente artigo problematiza a experiência de projeto que tem como perspectiva a intersetorialidade. Busca construir um diálogo entre as políticas de educação, saúde e assistência social a partir da inserção em uma escola pública e tendo como sujeito principal os alunos adolescentes. Trata-se de Projeto de Extensão vinculado a Núcleo de Pesquisa da área da saúde, possui seu nascedouro na universidade e objetiva interconectar a realidade cotidiana dos alunos e da escola, suas demandas e seus desafios principalmente nas questões que envolvem a saúde ao propor o trabalho intersetorial em sua concretude. Os resultados ainda são tímidos frente a diversidade e os desafios da realidade daquela comunidade escolar, mas é importante pontuar que a articulação com a rede de saúde e assistência social, ainda que tímida e pontual, tem sido realizada e pode criar uma cultura intersetorial na medida em que for cultivada.

Palavras-chave: Adolescência, Intersetorialidade.

1. Introdução

O presente artigo busca realizar algumas aproximações e problematizações sobre o tema da Intersetorialidade entre as políticas de educação, saúde e assistência social apontando limites e possibilidades que estão postos para a garantia desse direcionamento entre as políticas.

Tais problematizações terão como pano de fundo, o desenvolvimento do Projeto de Extensão “Aprender Saúde: a escola como lugar de saúde” coordenado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Família, Serviço Social e Saúde (GFASSS/NETSI), que tem como finalidade investigar e propor ações de educação em saúde e cidadania junto à Comunidade Escolar, em uma escola pública da região Leste/Nordeste do município de Porto Alegre/RS.

Trata-se de um Projeto de Extensão¹ o qual já está no seu terceiro ano de execução e que tem encontrado apoio no corpo docente da escola, aceitação e receptividade pelo grupo de adolescentes alunos. A escola está situada em um bairro não periférico, com famílias que oscilam de classe média a média baixa e atende crianças e adolescentes majoritariamente oriundos de famílias, na maioria, de trabalhadores de baixa renda. Este projeto desde sua origem pretende incidir de forma interventiva:

*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

¹ O Projeto que deu origem ao projeto atual tratava-se de Projeto de Pesquisa intitulado **Aprender Saúde na Escola: articulando políticas públicas e garantindo uma adolescência protegida**, o qual recebeu apoio da Fundação de Apoio a Pesquisa no Rio Grande do Sul/FAPERGS em forma de bolsa de IC e iniciou a execução em janeiro/2012 tendo como bolsista de Iniciação científica Vanessa Rehmann e como mestrandas Tiana B.de Jesus e Juliana C. Pires. A partir das avaliações positivas deste projeto pela escola e pelos adolescentes foi proposto o Projeto de Extensão de que trata esse artigo, e tem na sua execução a participação de vários acadêmicos de iniciação científica, mestrado e doutorado vinculados ao GFASSS/NETSI.



sua intervenção em expressões da questão social, que são o objeto da prática do assistente social, neste projeto expressa pela adolescência em situação de vulnerabilidade. Por intervir na realidade contribui para o fortalecimento da identidade do futuro profissional e para o compromisso com uma formação de qualidade articulada as demandas postas pela realidade e à complexidade do momento histórico atual e dessa forma tem se configurado como uma ferramenta de fortalecimento da vinculação dos acadêmicos ao ensino superior” (BELLINI & Col., 2012, p. 306).

O projeto foi proposto à escola em 2012 e desde então, tem sido executado por mestrandos, doutorandos e bolsistas de iniciação científica.

2. SAÚDE SE APRENDE NA ESCOLA?

O projeto de pesquisa **APRENDER SAÚDE: a escola como lugar de saúde** foi proposto pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Família, Serviço Social e Saúde (GFASSS/NETSI) o qual se dedica a investigar a execução das políticas públicas, em especial a de saúde, assistência social e educação, tendo como sujeitos a família brasileira e os trabalhadores dessas políticas sociais públicas. As pesquisas têm como fio condutor a intersetorialidade entendida como possibilidade de enfrentamento para a fragmentação no atendimento às demandas da população que recorre a essas políticas. Termo que tem cada vez mais sendo suscitado nos debates e nas preocupações tanto de gestores como trabalhadores e pesquisadores das políticas sociais. Conforme refere Costa em sua tese, os documentos sobre o SUS vem introduzindo cada vez mais o termo intersetorialidade,

no discurso acadêmico e governamental associado à avaliação acerca dos avanços e dificuldades vivenciadas ao longo desses 20 anos de sua construção, sinalizando para um consenso entre os defensores da Reforma Sanitária Brasileira (RSB) de que a superação de várias iniquidades e a efetivação do princípio da integralidade, em grande parte, dependem de medidas e ações que transitam no campo da intersetorialidade (2010, p.17).

A decisão de propor um projeto que adentrasse o universo da escola pública, em uma perspectiva intersetorial, se deu por esse grupo de pesquisadores, também por acreditar que “a construção da intersetorialidade constitui condição estratégica para produzir impactos positivos na melhoria dos níveis de saúde e para a consolidação do SUS como política de seguridade social” (COSTA, 2010,p.18) e foi disparada pelos seguintes aspectos:

- solicitação de residentes do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PREMUS/2009), os quais haviam realizado, naquela escola, projeto com resultados positivos e sentiam-se comprometidos em dar continuidade às atividades junto à comunidade escolar. Esses residentes procuraram a coordenação do GFASSS/NETSI e manifestaram sua preocupação em dar seguimento



as atividades já iniciadas junto a escola e devido à conclusão da formação na residência, isso não seria possível;

- interesse da equipe de pesquisadores do núcleo em ampliar as possibilidades de contribuir para consolidação das políticas sociais públicas como um compromisso de retorno à comunidade dos resultados das pesquisas e investigações realizadas;

-compromisso em propor ações com centralidade nos adolescentes -reconhecendo nestes a prioridade postas pelas políticas sociais públicas- e como espaço de articulação a escola pública;

-reconhecimento da equipe de pesquisadores do acúmulo em estudos e pesquisas, podendo desta forma propor projeto de extensão.

Porque os adolescentes? Porque se acredita que esse sujeito em crescimento e formação está sendo atingido de maneira especial pelas transformações que estão em andamento na sociedade, e essas “mudanças socioculturais são feitas pelos adolescentes ou através deles, razão pela qual são usados pela mídia, se transformando em presas fáceis e “grifes” e tecnologias, (vídeo games, aparelhos de som e computadores), que os fazem escravos de um consumismo desenfreado” (PESSANHA,2001,p.115). Associa-se a isso o fato da adolescência ser uma fase singular do ciclo vital em que os sujeitos são colocados constantemente em situações desafiadoras e são exigidos quanto a opções, escolhas e atitudes para as quais não estão preparados. Acredita-se que ser adolescente “não significa que sejam passivos e recebam sem resistência ou contestação tudo o que implícita ou explicitamente se lhes quer transmitir” (BRASIL,1997, p.35). Portanto são sujeitos em potência pois neste momento peculiar de desenvolvimento biopsicossocial “são vulneráveis e receptivos aos estímulos internos e externos que interferem na formação de sua identidade” (LEVISKY, 2001, p.12) e que o projeto de extensão ao trabalhar com prevenção em saúde e cuidados cria estímulos externos que possam impactar positivamente nas suas vidas.

Esse interesse em investir na Adolescência e na Intersetorialidade entre as políticas se apresenta como duplo desafio, pois tem como sujeito os adolescentes que costumam ser reivindicadores, inquietos, ousados, mas não prontos. Enfim, sujeitos em construção e a intersectorialidade que também é reivindicada, valorizada, elogiada mas não conceituada, enfim, um objeto em construção.

Na execução do projeto a equipe proponente se amparou em documentos do MEC sobre experiências com escolas e adolescentes que evidenciam as relações entre autonomia e autoridade e que reconhecem a importância de preservar, respeitar essa relação e “permitir que valores e normas sejam discutidos, avaliados e reformulados” (MEC,1997,p.35). E não disputar ou desqualificar a autoridade dos educadores, e sim fortalecer essa a autoridade pois “é nela que se apoia a garantia de direitos e deveres no contexto escolar. Estabelecer relações de autonomia, necessárias à postura



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

crítica, participativa e livre pressupõe um longo processo de aprendizagem até que os alunos sejam capazes de atuar segundo seus próprios juízos (MEC,1997,p.35). Esse foi o cuidado que a equipe do projeto atentou e atenta durante toda a execução do Projeto, não disputar com a escola o seu papel e a sua função entendendo sempre que o espaço da escola foi ofertado como possibilidade de intervenção, mas que o projeto não pode ocupar a função da escola e dos educadores e que tem a responsabilidade de reforçar esse papel.

Este projeto tem também uma responsabilidade na medida em que articula 02 instituições de ensino pois concebe que:

a escola, ou a instituição de ensino, tem um papel importante na vida do sujeito, pois é atravessada visceralmente pelas expressões da questão social sendo palco de inúmeras violações de direitos, expressa nas diferentes formas de violências, no *bullying*, na gravidez precoce, no aumento dos casos de DSTS/AIDS, na dependência química, nas repetências e evasão escolar etc.e na precarização das relações de trabalho expressa na falta de professores e nos baixos salários. Todas essas expressões servem de fomento e são exploradas de forma acrítica pelos meios de comunicação e/ou como pauta nas agendas dos gestores e governantes brasileiros (BELLINI & Col., 2012,p 308).

O projeto nestes 03 anos de execução tem ampliado e criado novas ações de investigação e proposição junto à escola, estimulado pela avaliação positiva e mobilização dos atores: adolescentes, familiares, professores, trabalhadores da rede de saúde e atores da universidade.

Nessa perspectiva caminha-se na direção da intersetorialidade pois reitera-se que a saúde não é responsabilidade única da política de saúde, conforme a 8º Conferência de Saúde de 1986:

“(...) a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida.”

Nesta conformação, a escola destaca-se cada vez mais como importante espaço para o cuidado, proteção e promoção da saúde, viabilizadora de informações e reflexões para promoção das Políticas de Educação e Saúde, com ampla possibilidade de potencializar a articulação das demais políticas públicas. No espaço educacional, o conceito ampliado de saúde dá mais sentido à vida dos educandos, pois trabalhar a politização, a participação, o acesso à informação impõe a necessidade de fazer parte de processos e dão forma ao pertencimento e a inserção aos processos que são públicos e do público.

Portanto, trabalhar no espaço educacional e com adolescentes, como se dá o acesso a saúde, o acesso a informação pode ser um disparador no incremento de ações e aperfeiçoamento dos recursos das políticas na direção da garantia do direito à saúde e às demais políticas:



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

Entende-se que debatendo saúde e educação com os adolescentes dentro do espaço da escola, descortinam-se possibilidades de ampliar essa discussão para outros sujeitos que fazem parte do cotidiano dos adolescentes: família, grupos de amigos, vizinhança e outras instituições e serviços. Pretende-se assim o efeito “disparador” do conhecimento, onde os sujeitos debatem/refletem sobre determinado tema e depois se tornam disseminadores daquele conhecimento nas comunidades onde vivem (BELLINI & Col., 2012,p 312).

Através de ações fundamentadas nos princípios da universalidade, equidade e integralidade e na afirmação de que a educação se desenvolve em diferentes espaços e relações como, por exemplo: na vida familiar, no trabalho, na escola e em outras e diversas instituições. Importante destacar que realizar estas articulações depende também, da presença da família de forma transversal nos espaços, como parte que contribuirá no fortalecimento destes processos, principalmente pois se trata de adolescentes ainda dependentes de suas famílias.

Na execução do projeto desvendamos que há, concretamente em grande parte das escolas, um cotidiano repleto de entraves, desde a precarização dos espaços públicos enquanto estrutura, desvalorização do profissional educador, desvalorização do ensino e da escola pública, carência de profissionais que se tornam polivalentes ao deparar-se com demandas aquém de sua possibilidade de resolução. Com isto, a reprodução das dificuldades que as redes de serviços encontram em dialogar entre-si (intra) e intersetorialmente torna-se presente e recorrente, alertando para que se possa repensar estratégias amparadas na intersetorialidade. Os usuários dos serviços recorrem com frequência a mais de uma política e, portanto, há a necessidade de constituir estratégias para diálogos e cuidado intersetoriais, o que pode parecer mais complexo e é inicialmente, todavia irá facilitar o acompanhamento, assim como buscar que este seja de qualidade e integral, pois as políticas não são integrais por si só, somente poderão ser trabalhando com as demais. Porém, o que é observado no cotidiano das políticas é que, embora exista um consenso sobre a importância da intersetorialidade essa construção ainda é incipiente e está no campo do desejo e não da concretude.

Tendo presente essas questões e desafios realizamos oficinas educativas com adolescentes e, a partir de suas realidades e respeitando seus processos propondo a discussão e reflexão sobre suas demandas a fim de que as intervenções tenham sentido em suas vidas.

A execução do projeto em sua fase inicial investiu na articulação intrasetorial (no interior da escola) e estimulando o conhecimento e reconhecimento das políticas públicas e sociais no território (necessidades e possibilidades) serviços, espaços comunitários formais e informais buscando dessa forma “ *expandir ao máximo a rede de aprendizagem das crianças e adolescentes a partir de seus interesses e das potencialidades do lugar onde vivem*” (NILSON, p.22, 2009). Ao apropriar-se desse conhecimento, reconhecimento do território e de suas características e potencialidades a população (neste caso adolescentes, trabalhadores e educadores) pode paulatinamente inserir-se no



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

controle social que possibilitará a melhoria do atendimento|acompanhamento, como a melhoria das condições de trabalho para os trabalhadores da rede de serviços. Sabemos que esse processo na sua consequência exige a implicação da população usuária, juntamente aos trabalhadores, para se constituir coletivamente e construir estratégias que vão para além da escola e envolvem as demais políticas públicas, o conselho de saúde e os demais conselhos intersetoriais.

Para isto, os educadores no cotidiano escolar participam na aproximação com estes espaços, o que fortalece esta política como as demais, neste processo destacamos que a política de educação necessita de investimentos tanto de infraestrutura como de profissionais para além de professores. São assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, entre outros profissionais que fortalecem o trabalho, a interdisciplinariedade e a intersetorialidade.

O projeto tem se materializado, nestes 03 anos, em oficinas educativas semanais com adolescentes organizadas pelos universitários a partir das sugestões e indicações dos adolescentes e as observações do corpo docente, grupo focal com os adolescentes e entrevistas com os familiares, docentes e direção da escola no início da execução para apresentação do projeto, participação nas reuniões do corpo docente da escola quando elas acontecem em cada semestre, contatos assistemáticos com profissionais da rede de saúde e assistência social, reuniões sistemáticas com a direção e coordenação da escola e com o grupo de pesquisadores.

Nesta experiência de projeto de extensão uma dificuldade que se fez presente é a ausência de um diálogo mais sistemático entre as famílias e a escola, pois ainda existe um relacionamento fragmentado que se materializa na maioria das vezes frente a problemas, seja infrequência, reprovação, problemas de conduta e outras “transgressões”. A educação é transmitida e reponsabilidade de ambas tanto da família como da escola e que devem se complementar, pois a família nas responsabilidades diversas com as crianças carece muitas vezes de um apoio maior por parte da escola, e esta última também sofre sobrecarga de demandas as quais não consegue dar conta somada a deficiência no número de profissionais. Devido às inúmeras responsabilidades muitas vezes não há tempo suficientes para uma troca mais consistente o que pode acarretar também em uma culpabilização mútua quando há alguma dificuldade de aprendizado das crianças o que dificulta o trabalho em conjunto na busca de uma solução.

Estas situações apontam a necessidade de investimento em relações democráticas que promovam a participação da família não somente visando a transmissão de informação e sim a construção de um ambiente de trocas de conhecimentos e dificuldades.

Estes enfrentamentos também denunciam e anunciam a importância de um trabalho intersetorial, pois uma rede com as demais políticas sociais que aumente a resolutividade das ações e que dê conta das demandas diminuirá a sobrecarga das escolas possibilitando a concentração em



mais ações. Seria a construção de uma concertação entre escola, famílias, universidade e políticas públicas tendo como sujeito central o aluno, suas famílias e a escola.

3. ARTICULAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS: princípios e diretrizes que se aproximam

Para problematizar a articulação das políticas envolvendo a escola pública, se faz necessário olhar para a realidade da Educação no país e os avanços obtidos em relação à garantia de direitos, do direito à educação. O acesso à educação de qualidade está previsto no ECA, como componente de um conjunto de direitos que juntos, garantem a integralidade da proteção. Segundo Gouveia (2009):

“A integralidade da proteção prevista no ECA supõe que seja assegurado um conjunto de direitos: o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. É necessário, pois, que as diferentes políticas sociais estejam conectadas em torno de propósitos comuns, uma vez que, na ótica da garantia de direitos, não há hierarquia entre elas. Assim, do ponto de vista jurídico, a proteção integral é o solo que reveste de pertinência a gestão intersetorial nos tempos atuais.” (Gouveia, 2009, p. 12).

O que mostra que pensar a integralidade passa pelo planejamento das ações que busquem garantir os direitos que são transversais a todas as dimensões da vida, seja no plano da saúde, moradia, alimentação, educação, cultura, lazer, entre outros que garantam uma vida de qualidade.

A 8ª Conferência de saúde trouxe o conceito ampliado de saúde e desta forma, a indicação do trabalho intersetorial, o qual a Constituição Federal de 1988 legitima principalmente com a lei 8.080 de 1990: que “*dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes*” e em seu artigo 3º ratifica o conceito de saúde ampliada:

Art. 3º Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. (Redação dada pela Lei nº 12.864, de 2013) .

Portanto, compreende-se que a integralidade, universalidade e equidade são princípios do SUS, mas que devem também balizar as demais políticas públicas e sociais, orientando as ações que devem ter o mesmo direcionamento e objetivo, em um cuidado compartilhado pelos trabalhadores



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

em corresponsabilidade com a comunidade e suas famílias. Tendo ciência das obrigações do Estado com as políticas que devem buscar a garantia de direitos e não somente serem compensatórias à exploração e desigualdade que o modo de produção capitalista impõe à sociedade.

A universalidade, juntamente com a integralidade indicam o acesso universal de qualidade, independente da situação socioeconômica das famílias. A equidade indica a necessidade de uma intervenção diferenciada para os sujeitos e populações que possuem especificidades culturais, étnicas, loco-regionais, dentre outras que serão determinantes para seu acesso de qualidade aos serviços públicos. A escola deve atentar para estas questões, o que não é tratar simplesmente de forma equânime, e sim, também considerar e respeitar o que constitui a identidade de cada aluno.

Sendo que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em consonância com o conceito da lei 8.080 de 1990, se configura como um grande aliado nesta trajetória de busca de garantia de direitos. Visando superar a “doutrina de proteção irregular” para a “proteção integral” e reconhecer as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Auxiliando e contribuindo na mudança da lógica educacional policialesca (reflexo de como a sociedade tratava este segmento) na perspectiva de gradativamente romper com a estigmatização e falta de proteção que este sofreu ao longo da história.

Sendo importante destacar que atualmente no Brasil, dados comprovam que o acesso de crianças e adolescentes à escola já não é mais a maior problemática da Política de Educação nos dias atuais, voltando-se agora para a qualidade do ensino. Para garantir a qualidade do ensino nas escolas impõe analisar esta realidade e entender que apenas uma Política – no caso, a Política de Educação – não consegue dar conta sozinha de todas as demandas que surgem através dos alunos, das famílias e da comunidade onde está inserida à escola. Nesse sentido, pensar um ensino e uma formação de qualidade exige a participação permanente de outras políticas públicas:

Na história da educação pública brasileira a educação integral sempre foi proposta como política estritamente de responsabilidade dos sistemas de ensino. [...] O desafio que se põe é a escolha de um modo de gestão no qual as diferentes políticas setoriais, tradicionalmente com funcionamentos autônomos e específicos, passam a ser convocadas a atuar conjuntamente para promover o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes. (Nilson, Gouveia et al., 2009, p. 6).

No entanto, nota-se um importante distanciamento do desenvolvimento de tais ações intersetoriais e observa-se a pouca produção sobre intersetorialidade a partir de experiências da Política de Educação. Muito embora haja um aparente consenso sobre a importância de tal



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

articulação, ainda existem entraves que perpassam por questões estruturais, de recursos humanos, disputas de poder entre outras e que expressam a fragmentação histórica entre as políticas sociais públicas brasileiras.

Para Monnerat et al. (2014):

“No que se refere à área da Educação, pode-se dizer que, dentre as principais políticas públicas de corte social, é a que apresenta menor quantidade de produção bibliográfica sobre o tema da intersectorialidade, muito embora se reconheça que as diversas formas de manifestação da questão social atravessam e impactam o alcance de objetivos específicos desta arena setorial.” (Monnerat, Almeida et al., 2014, p. 46).

Para que se concretize a intersectorialidade no contexto de realidade o qual estamos problematizando é importante mencionar os três princípios sugeridos por (Nilson, Gouveia e Ferreira, p.07, 2009) como desafio nesta articulação para a educação integral: a *“heterogeneidade da vida contemporânea, gradualidade na efetividade das políticas e convergência de propósitos na ação no território”*. Princípios que auxiliam no direcionamento e compreensão de que cada período histórico exige uma leitura conjuntural que possibilite um planejamento que vá ao encontro das necessidades e potências dos alunos e sua comunidade.

Dado o momento histórico atual contemporâneo, influenciado pela revolução informacional que deve ser utilizada para além das conexões em redes, para a aproximação e articulação das pessoas e redes, como auxiliar no aprimoramento das ações intersectoriais. A partir dos princípios elencados pelos autores, também é necessário ter ciência de que os resultados das ações podem não aparecerem de imediato. Portanto, a necessidade de planejar conjuntamente em conversões intra e intersectoriais, o que se realiza no cotidiano. Sendo para (Gouveia, p.10, 2009) a intersectorialidade como *“estratégia de gestão educativa mais afinada ao desafio de implementar educação integral nos dias de hoje”*.

Em relação a avaliação sistemática que a equipe realiza quanto ao Projeto de Extensão entende-se que para o desenvolvimento de ações intersectoriais efetivas junto à escola pública, é necessário que alguns desafios sejam superados, alguns deles são os seguintes:

-realização de reuniões periódicas entre pesquisadores e equipe da escola devido à sobrecarga de ambas equipes. Essas reuniões possibilitam o diálogo entre o Grupo da Universidade (NETSI) e a equipe de educadores da escola com o objetivo de atualizar a respeito da execução do projeto, trocar experiências e exposição de diferentes percepções quanto às demandas relacionadas aos alunos e que surgem no dia a dia. A ocorrência destas reuniões é de extrema importância para a



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

concretização inicial de uma rede entre a equipe da escola e do grupo, que possa expandir-se à UBS localizada próxima à escola e aos demais equipamentos das outras políticas públicas. Mas devido à sobrecarga dos profissionais tanto da universidade como da escola, não há convergência e há muita dificuldade em agendar em dias e horários comuns;

-articulação/mobilização das famílias dos adolescentes sem as quais as discussões, reflexões e apontamentos caem no vazio e na inconsistência;

-articulação/mobilização entre as instituições políticas (UBS, CREAS, CRAS, Conselho Tutelar,...) com a escola, que possibilitaria a compreensão integral deste adolescente e sua família e das demandas da comunidade. Através do diálogo entre diferentes agentes e a comunidade seria possível a efetivação de ações que possam proporcionar a resolubilidade dos problemas percebidos nos diálogos trazidos pelo grupo de alunos. Porém tal articulação não é simples, visto que há ainda uma visão compartimentada e fragmentada por parte das instituições políticas e a ocorrência de grandes demandas a serem resolvidas por cada uma delas, das quais nem sempre consegue dar conta.

Há a necessidade do reconhecimento dos entraves cotidianos que necessitam ser superados para realizar-se um planejamento em consonância com a heterogeneidade que se apresenta nestes espaços:

“O reconhecimento da multiplicidade dos atores demanda a ênfase na construção de recursos de poder e legitimidade; na participação, articulação e concertação dos atores diversos, com o foco nos resultados das intervenções, nas modificações efetivamente produzidas nas condições de vida das pessoas e grupos-alvo das ações.” (Bronzo e Veiga, 2007, p. 8).

Ratifica-se com a experiência desse projeto de extensão o compromisso e implicação que a universidade deve possuir em compartilhar e corresponsabilizar-se, juntamente a estes espaços, nos processos referentes a seus desafios, necessidades e potências a serem trabalhados, inclusive para que seu processo formativo vá ao encontro das necessidades sociais. A autora (*Gouveia, 2009*) refere que “*a informação é poder*”. E quando se constitui uma rede há uma circulação de diversas informações das quais todos os participantes devem ter acesso e na qual não deve haver um centro de poder que seja único. Este circular de diversas informações facilita a efetividade para a resolução dos problemas enfrentados e possibilita o diálogo de diferentes dispositivos que auxiliem neste processo. Vale ressaltar que a construção de uma educação integral se dá a partir de uma união das instituições e dos profissionais de educação, com o objetivo de compartilhar conhecimentos e



práticas de forma comprometida com a realidade das crianças e adolescentes, gerando um relacionamento efetivo e afetivo, com base na confiança.

A desmotivação e/ou a pouca valorização dos profissionais de educação são fatores que dificultam a aproximação destes e de outros atores no processo de construção de redes, não percebendo a possibilidade de uma maior articulação que vise a melhoria das condições dos alunos, famílias e comunidade. A sobrecarga de trabalho dos professores e as dificuldades estruturais da escola somados a quantidade excessiva de alunos em sala de aula contribuem para uma visão pouco otimista destes profissionais:

“Com efeito, o olhar da Educação sobre a intersetorialidade tem como base o reconhecimento de que os problemas estruturais que afetam as famílias repercutem diretamente nas condições de aprendizagens das crianças e adolescentes. Entretanto, **vale notar que não se observa na literatura atual registro de estudos cuja ênfase seja a implementação de experiências intersetoriais com protagonismo da área de educação**, de onde se pode levantar a hipótese de que este setor, comparado à saúde e à assistência social, apresenta legado histórico mais hermético e menos voltado para proposições de diálogo inter-relação com outras políticas sociais.” (Monnerat, Almeida, et al., 2014, p. 47).

O que mostra ser um analisador no que tange a sobrecarga de trabalho dos professores e demais funcionários, nas escolas. Todavia, o desafio é construir coletivamente, ou seja, com os alunos, comunidade e demais políticas (também sobrecarregadas) para além de ações e intervenções com os seus alunos e usuários, sua articulação com a educação permanente. Registrando e divulgando estas, para que se possa compartilhar experiências e avançar nos processos cotidianos de trabalho, como o que este artigo busca propor.

4. Considerações Finais:

Entendemos que o Adolescente é um sujeito em construção assim como a Intersetorialidade é um objeto em construção. Essas duas potências são dignas de nossa atenção e preocupação ética na medida em que um é o sujeito humano e o outro é a possibilidade/estratégia de dar mais *humanidade* às políticas sociais, na medida em que as torna mais efetivas e resolutivas no atendimento das demandas dos sujeitos. A extensão que versa sobre um projeto de experiência aqui tratada, integra universidade e escola pública, tendo como perspectiva a intersetorialidade entre as políticas de educação, saúde e assistência social e como sujeito, o adolescente-aluno da escola e junto com ele, sua família e a comunidade.

A tímida reflexão aqui apresentada considera essencial salientar que a intersetorialidade não



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

pode ser verticalizada nem ao menos centrada em uma única política, e neste artigo objetivou-se apresentar uma experiência que busca construir e potencializar o diálogo entre a política de educação com outras políticas como saúde e assistência social, superando as possíveis “ilhas” (muitas vezes em um mesmo território) acreditando que as instituições possam se organizar cotidianamente. Avaliamos que as demandas apontadas pelos adolescentes e que recaem na escola, somente serão superadas se planejadas interdisciplinar, intersetorialmente e com fomento à educação permanente, valorizando o papel da escola com o mapeamento das necessidades e potencialidades que os territórios possuem:

“Ao implementar iniciativas intersetoriais de educação integral estamos contribuindo para que crianças e adolescentes usufruam a dinâmica da cidade, de seus espaços, das pessoas que ali vivem, dos seus recursos materiais e culturais e dos seus acontecimentos. Com isso pretende-se instalar um círculo virtuoso em que a própria dinâmica da cidade e dos territórios gera novas curiosidades e possibilidades de conhecer. [...] Uma formação cidadã que alcança simultaneamente o acesso e o usufruto dos recursos e direitos que compõem as oportunidades de aprendizado.” (Nilson, 2009, p. 24).

O projeto de extensão aqui apresentado pretende avançar na elaboração de uma cartografia do território, das necessidades e potências para a ampliação do conceito de cidadania e pertencimento a estes espaços nos quais se constitui as identidades particulares e coletivas. Ousamos propor a arte de “itinerar” de formas diferenciadas em territórios aparentemente “conhecidos”, mas que permitirão descobertas e desvendamentos não imaginados *a priori*.

Referências:

Brasil. Ministério da Educação, Secretaria de Educação à Distância. **Salto para o futuro: Educação integral e intersetorialidade**. Ano XIX, nº 13, Outubro de 2009.

_____. Ministério da Saúde. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, 20 set. 1990.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais :apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília : MEC/SEF, 997.146p.



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

BELLINI, Maria Isabel Barros; REHERMANN, Vanessa Soares; JESUS, Tiana Brum de; PIRES, Juliana da Costa. **APRENDER SAÚDE NA ESCOLA: DIÁLOGOS ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA PÚBLICA** in II Conferência Latinoamericana sobre Abandono em la Educacion Superior .PUCRS, 2012 http://clabes2012-alfaguia.org.pa/docs/LibroActas_II-CLABES.pdf capturado em 19/09/2014.

GOUVEIA, Maria Julia Azevedo. **Intersetorialidade e contemporaneidade.** Apresentação in: Salto para o futuro: Educação integral e intersectorialidade. Ano XIX, nº 13, Outubro de 2009.

LEVISKY, David Leo. **Adolescência e violência:** ações comunitárias na prevenção. Ed.Csa do psicólogo, SP, 2001.

MONNERAT, Giselle Lavinias. SOUZA, Rosimary Gonçalves. **Intersetorialidade e Políticas Sociais: um diálogo com a literatura atual.** In: Monnerat (orgs.) **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais.** Campinas, SP: Papel Social, 2014.

NILSON, Lúcia Helena. **Intersetorialidade e contextos territoriais.** Apresentação in: Salto para o futuro: Educação integral e intersectorialidade. Ano XIX, nº 13, Outubro de 2009.

NILSON, Lúcia Helena. GOUVEIA, Maria Julia Azevedo, et al. **Educação integral e intersectorialidade.** Apresentação in: Salto para o futuro: Educação integral e intersectorialidade. Ano XIX, nº 13, Outubro de 2009.

PESSANHA, Antonio Luiz Serpa. Adolescência- tanto faz? In **Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção.** Ed.Csa do psicólogo, SP, 2001.